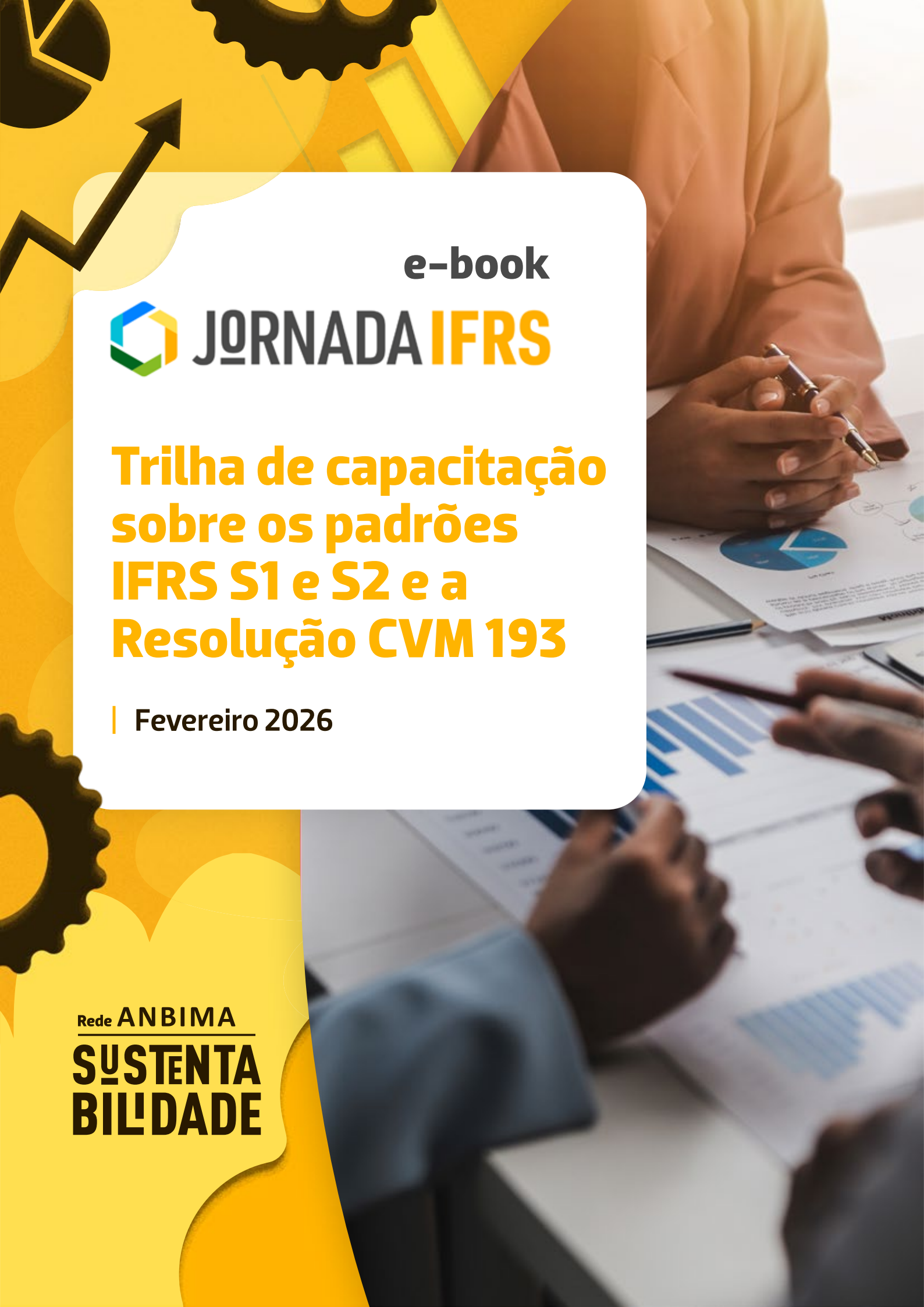




e-book

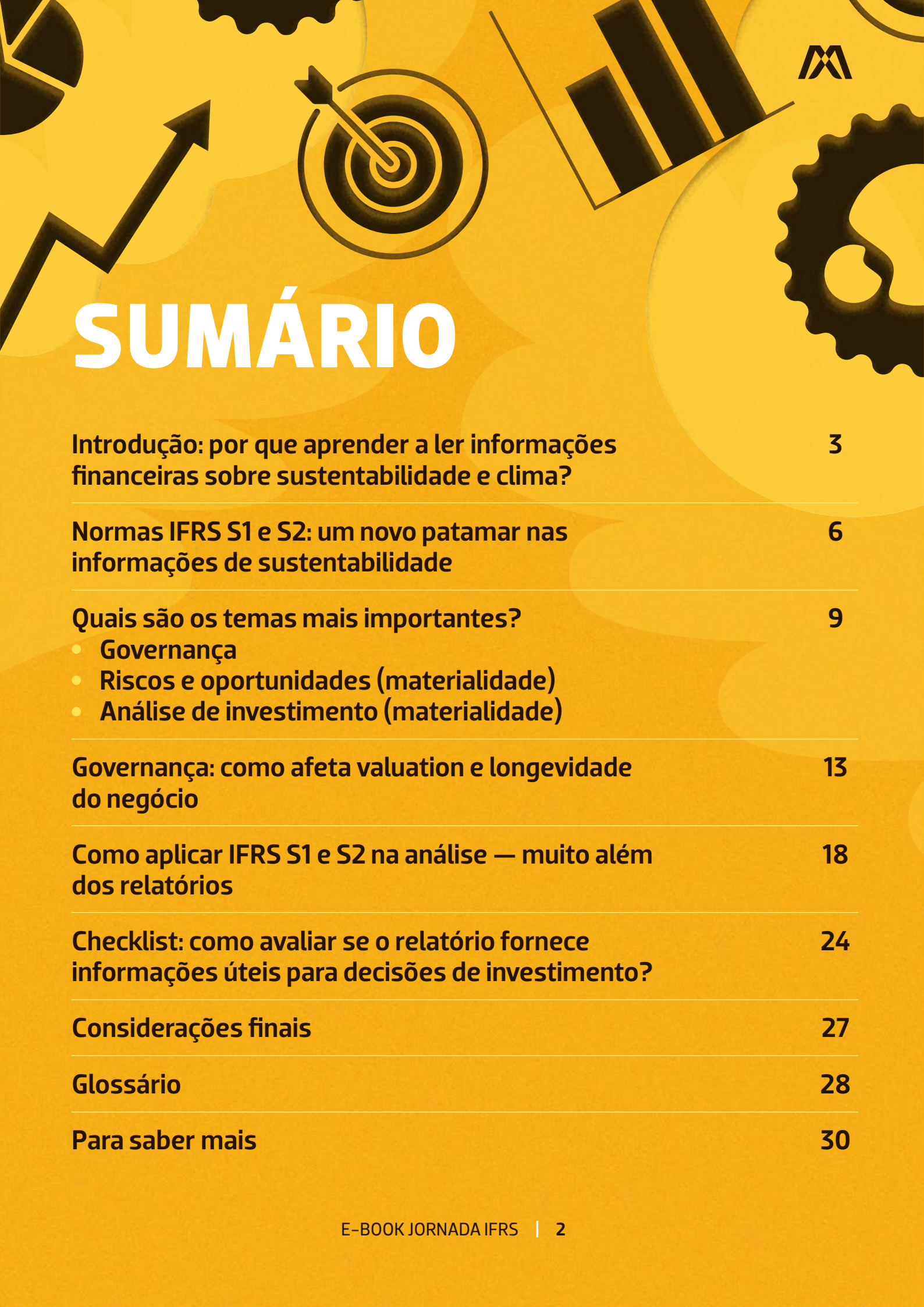


Trilha de capacitação sobre os padrões IFRS S1 e S2 e a Resolução CVM 193

| Fevereiro 2026

Rede ANBIMA

**SUSTENTA
BILIDADE**



SUMÁRIO

Introdução: por que aprender a ler informações financeiras sobre sustentabilidade e clima?	3
Normas IFRS S1 e S2: um novo patamar nas informações de sustentabilidade	6
Quais são os temas mais importantes?	9
• Governança • Riscos e oportunidades (materialidade) • Análise de investimento (materialidade)	
Governança: como afeta valuation e longevidade do negócio	13
Como aplicar IFRS S1 e S2 na análise — muito além dos relatórios	18
Checklist: como avaliar se o relatório fornece informações úteis para decisões de investimento?	24
Considerações finais	27
Glossário	28
Para saber mais	30

INTRODUÇÃO: POR QUE APRENDER A LER INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SOBRE SUSTENTABILIDADE E CLIMA?

A incorporação da sustentabilidade em análises financeiras é mais do que uma variável de vantagem competitiva: é um dever fiduciário. Se, em 1975, mais de 80% do valor das empresas com ações integrantes do índice S&P 500 estava nos ativos tangíveis, em 2020, 90% desse valor se deslocou para ativos intangíveis, como marca, reputação, capital humano, inovação e, cada vez mais, desempenho socioambiental.

É justamente nesse ponto que as normas IFRS (International Financial Reporting Standards; em tradução livre, Padrões Internacionais de Relato Financeiro) de reporte de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (IFRS S1) e ao clima (IFRS S2) trazem inovação.

Criadas pelo ISSB (International Sustainability Standards Board; em português, Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade) e incorporadas à Resolução CVM 193, com entrada em vigor a partir de 2026, as normas foram



traduzidas e adaptadas ao contexto nacional pelo CBPS (Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade) e referidas como CBPS 01 (Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade) e CBPS 02 (Divulgações Relacionadas ao Clima)¹. Aqui, falaremos delas como são mencionadas na Resolução da CVM — IFRS S1 e IFRS S2.

Essas regras oferecem ferramentas para capturar, de maneira consistente e comparável, os riscos e as oportunidades relacionados à sustentabilidade que moldam o valor intangível e o futuro das empresas.

Para investidores, gestores e credores, isso se traduz em **informação de maior qualidade que conecta finanças, sustentabilidade, riscos e governança em uma narrativa única, ampliando a base de conhecimento e a leitura de contexto nas decisões financeiras.**

Para apoiar os profissionais dos mercados financeiro e de capitais no entendimento e no uso prático dessas regras, realizamos, em 2025, a **Jornada IFRS**, que uniu experiência de mercado, que uniu experiência de mercado, visão regulatória e práticas de gestão para destrinchar o papel da governança e os princípios de materialidade na análise de investimentos e na antecipação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade.

Aqui, destacamos os principais pontos dessa jornada, que incluiu uma reunião aberta com a CVM e quatro workshops técnicos. De forma prática, encurtamos o caminho até as informações mais relevantes para que analistas, gestores de fundos, bancos e investidores institucionais possam **aprimorar análises e o processo decisório a partir de um olhar integrado que compreende, afinal, que sustentabilidade é estratégia de negócios.**

¹ CBPS 01 e 02 foram aprovados pela Resolução CVM 217/218, de 29 de outubro de 2024.

**| REUNIÃO ABERTA
COM A CVM**

WORKSHOP
**| FUNDAMENTOS
IFRS S1 E S2**

WORKSHOP
**| INTEGRAÇÃO
E GOVERNANÇA**

WORKSHOP
| MATERIALIDADE I

WORKSHOP
| MATERIALIDADE II

NORMAS IFRS S1 E S2: UM NOVO PATAMAR NAS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

As normas IFRS S1 e S2 representam um novo patamar na forma como empresas e investidores devem lidar com informações de sustentabilidade. O Brasil foi pioneiro no mundo ao adotar esse reporte na regulação, alinhando-se às melhores práticas internacionais. O objetivo central é garantir que analistas, gestores, bancos e investidores recebam dados consistentes, comparáveis e úteis para avaliar riscos e oportunidades que afetam o desempenho financeiro das organizações.

Entenda o que significa cada uma:

- **IFRS S1 — Sustentabilidade:** funciona como norma geral, definindo que as empresas devem divulgar riscos e



oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam impactar posição financeira, fluxo de caixa, acesso a capital ou custo de capital no curto, médio e longo prazo. Mais do que transparência por obrigação, o S1 exige que as organizações mostrem **como esses fatores estão efetivamente integrados à gestão e são supervisionados pela alta governança**.

- **IFRS S2 — Clima:** foca as questões climáticas, determinando a divulgação de como elas podem afetar o modelo de negócios, a estratégia e o desempenho financeiro das empresas. **Isso inclui a avaliação de cenários climáticos, a consideração de eventos extremos, os riscos de transição para uma economia de baixo carbono e as metas de descarbonização, além da publicação de métricas**, como as emissões de gases de efeito estufa (escopos 1, 2 e 3).

| Arquitetura básica

As normas estão organizadas em **quatro pilares**:



Governança:

como a alta administração supervisiona os riscos e as oportunidades de sustentabilidade (S1) e clima (S2).



Estratégia:

como esses riscos e oportunidades afetam o modelo de negócios, a estratégia e a resiliência da organização.



Gestão de riscos:

processos usados para identificar, avaliar e gerenciar riscos de sustentabilidade/climáticos.



Métricas e metas:

indicadores e objetivos usados para monitorar riscos, oportunidades e desempenho ao longo do tempo.

Para saber mais sobre os **fundamentos das normas IFRS S1 e S2**, confira o primeiro workshop da jornada:



[**Vídeo completo**](#)

Confira o [**Sumário Executivo**](#)



QUAIS SÃO OS TEMAS MAIS IMPORTANTES?

Três temas principais pautaram os workshops da nossa Jornada IFRS:

| Governança:

como conselhos de administração e equipes de gestão precisam estruturar responsabilidades, processos de supervisão e mecanismos de transparência para que as informações divulgadas de acordo com as normas sejam consistentes e úteis ao investidor — **e como práticas de governança robustas influenciam a percepção de risco, a valoração da empresa (valuation) e a capacidade dela de gerar valor no longo prazo.**

| Riscos e oportunidades (materialidade):

como relacionar impactos de sustentabilidade internos e externos à geração de valor financeiro, traduzindo-os em **elementos que podem alterar fluxo de caixa, custo de capital e valuation.**

| Análise de investimento (materialidade):

como identificar **quais informações são realmente relevantes para as análises de investimento**, ao avaliar o impacto financeiro da materialidade.



Materialidade

Uma informação é financeiramente material quando sua omissão, distorção ou obscurecimento puder influenciar decisões de investimentos.

Avaliar o que é material envolve fatores quantitativos — como impacto financeiro esperado, consumo de recursos, retorno sobre investimento ou participação de mercado — e fatores qualitativos, que incluem reputação, licença para operar, risco regulatório, entre outros. Em algumas situações, uma informação pode ser considerada material mesmo quando seu efeito numérico é pequeno ou nulo, se houver potencial de influenciar decisões de investimento.



Caso Renner: materialidade na análise de investimento

A Renner, no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1 e S2) de 2024, demonstra a aplicação do conceito de materialidade, destacando **quais fatos são realmente relevantes para a avaliação do valor da empresa**.



Exemplos:

R\$ 148 – 172 milhões

Custo incremental de matérias-primas mais sustentáveis (curto, médio e longo prazo)

R\$ 85 – 99 milhões

Impacto negativo causado por eventos climáticos extremos (inundações e ondas de calor — curto, médio e longo prazo)

R\$ 424 – 488 milhões

Oportunidade via energia renovável e produtos sustentáveis (impacto positivo no fluxo de caixa operacional — antes de imposto)



Relevância para análise de investimento

Esses números revelam a aplicação prática do **conceito de materialidade**:

- **Foco nos impactos financeiros relevantes:** custos e ganhos que alteram significativamente o fluxo de caixa projetado.
- **Base quantitativa e estimativa:** a empresa mensura e divulga o impacto em intervalos específicos ao longo de 10 anos.
- **Diferenciação clara entre riscos e oportunidades:** provê visão equilibrada sobre impactos negativos (custos, eventos extremos) e positivos (produtos e energia sustentáveis) relacionados a questões ambientais, sociais e climáticas para embasar o processo de tomada de decisão de investimentos.

Para **analistas e investidores**, esse tipo de informação é importante para:

- Incorporar, nos modelos de fluxo de caixa, os efeitos esperados de sustentabilidade em geral e clima.
- Avaliar se as iniciativas ESG são **substanciais** (materialidade quantitativa e qualitativa).
- Tomar decisões mais embasadas considerando o valor financeiro implícito nas estratégias de gestão de riscos socioambientais e de mitigação e transição climática da empresa.

Conclusão: a divulgação de **R\$ 148–172 milhões em custos, R\$ 85–99 milhões em riscos climáticos e R\$ 424–488 milhões em oportunidades** são exemplos de como a Renner usa materialidade para destacar o que é relevante para investidores no contexto dos padrões IFRS S1 e S2.

O relatório completo está no site de Relações com Investidores da empresa.



GOVERNANÇA: COMO AFETA VALUATION E LONGEVIDADE DO NEGÓCIO



O objetivo das divulgações sobre governança é permitir que investidores entendam **como processos, controles e estruturas de governança supervisionam riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade financeiramente materiais.**

As normas IFRS S1 e S2 determinam que as empresas descrevam:

- **Quem é responsável** pela supervisão (conselho, comitês ou indivíduos).
- Como essas responsabilidades estão formalizadas em **mandatos, políticas ou termos de referência.**
- Com que **frequência** o conselho é informado e delibera sobre os temas.
- De que maneira a **sustentabilidade é integrada** à estratégia, às decisões relevantes e à gestão de riscos.

Embora esses pontos já estejam presentes em regulações anteriores, o IFRS reforça a **ligação da governança com a materialidade financeira da sustentabilidade**.

Essa conexão enfatiza a visão ampliada de que é papel do conselho evitar que a busca por ganhos imediatos comprometa a longevidade e a resiliência do negócio. Isso significa **que o dever fiduciário do conselho não está apenas na proteção do capital no curto prazo, mas se estende à preservação da capacidade de geração de valor futuro** — aspecto essencial para a avaliação de desempenho e para a confiança do mercado.

Governança sólida é sinônimo de gestão de riscos eficiente, tomada de decisão qualificada e acesso a capital em melhores condições. Quando o conselho exerce de forma efetiva o papel de supervisão — acompanhando riscos materiais, definindo metas, revisando desempenho e integrando esses fatores à estratégia —, contribui diretamente para a redução da assimetria de informações e a melhoria da qualidade dos relatórios financeiros. Essa transparência diminui a percepção de risco pelos investidores e, portanto, reduz o custo de capital.

Governanças frágeis ou “apenas no papel” — com conselhos pouco capacitados, sem independência ou sem histórico de deliberações substantivas — tendem a aumentar o risco de decisões desconectadas do contexto ESG, comprometendo a comparabilidade e a confiabilidade das informações reportadas.

Em resumo, práticas de governança robustas influenciam a percepção de riscos e oportunidades, a valoração da empresa (valuation) e a capacidade de gerar valor no longo prazo.

Onde buscar informações sobre governança?

A análise sobre a empresa não deve se limitar às informações declaradas nos relatórios, mas incluir também **outras evidências que permitam avaliar, de forma objetiva, a efetividade da governança corporativa e a aplicação prática dela**. Informações importantes podem estar presentes em outros documentos públicos, como o FRE (Formulário de Referência), na CVM, ou estruturados internamente, e podem ser solicitados à empresa.

Itens para avaliar nos relatórios ou pedir para as empresas

 Tema	 Onde encontrar	 Perguntas que os documentos devem responder	 Perguntas-chave para fazer aos conselhos
Supervisão pelo conselho ou comitê	Atas do conselho, regimentos internos, políticas de risco e sustentabilidade	Há conselheiros com conhecimento técnico? Há histórico de discussões relevantes registradas nas atas?	Quem, no conselho, supervisiona riscos e oportunidades climáticas e de sustentabilidade em geral? Com que frequência isso é discutido?
Integração à remuneração	Política de remuneração que mencione indicadores ESG	Os KPIs (indicadores) ESG são climáticos ou genéricos? Há transparência na medição e na verificação do desempenho?	A remuneração da liderança está vinculada a metas ESG claras, verificáveis e auditadas?

 Tema	 Onde encontrar	 Perguntas que os documentos devem responder	 Perguntas-chave para fazer aos conselhos
Frequência de deliberações	Registros que indiquem discussão periódica dos temas ESG e climáticos	Existem decisões documentadas sobre temas materiais (ex.: precificação de carbono, adaptação, investimentos)?	Com que frequência o conselho delibera sobre riscos climáticos e temas ESG?
Papéis executivos definidos	Organograma e descrição de funções com "responsável por ESG" ou "responsável por clima"	A pessoa indicada tem senioridade, autonomia e poder de decisão efetivo, ou ocupa apenas um cargo simbólico?	Há um executivo claramente responsável por ESG/ clima com poder real de decisão?
Capacidade técnica do conselho	Currículos e perfis públicos dos conselheiros	Há conselheiros com experiência em risco climático, transição energética ou sustentabilidade corporativa? Existe evidência de capacitação recente?	O conselho possui competências técnicas adequadas para supervisionar sustentabilidade e riscos climáticos?
Definição de metas e monitoramento	Políticas com metas declaradas e atas com metas discutidas	O progresso é monitorado? Há evidências de acompanhamento e de ajuste de planos de ação quando há desvios de desempenho?	O conselho acompanha o progresso das metas ESG e reage a desvios de rota?

 Tema	 Onde encontrar	 Perguntas que os documentos devem responder	 Perguntas-chave para fazer aos conselhos
Integração com políticas e estratégia corporativa	Plano estratégico, atas com decisões que mencionem riscos ESG e políticas alinhadas a compromissos de sustentabilidade	A sustentabilidade influencia decisões estratégicas relevantes? Há coerência entre estratégia, metas e compromissos públicos?	Como os riscos e oportunidades ESG são incorporados à estratégia e às decisões corporativas pelo conselho?

Para saber mais sobre **governança**, acesse o segundo workshop da Jornada IFRS:



Vídeo completo

Confira o **Sumário Executivo**



COMO APLICAR IFRS S1 E S2 NA ANÁLISE — MUITO ALÉM DOS RELATÓRIOS

O trabalho com as normas IFRS S1 e S2 exige mais do que ler relatórios: é preciso **avaliar se a empresa capta os riscos e as oportunidades relevantes ao modelo de negócios**. Para fazer essa avaliação, é importante seguir algumas etapas:



1. Compreender o contexto e a cadeia de valor

Antes de analisar os relatórios, é essencial situar a empresa no seu ambiente: tendências setoriais, riscos globais, fatores locais (como eventos climáticos extremos, regulação ambiental, aspectos políticos e geopolíticos) e cadeia de valor.



2. Analisar como a empresa define informações materiais

Verifique se a empresa explica de forma clara o processo de identificação das informações materiais para seu negócio. Avalie se o processo de materialidade considera o setor de atuação, a localização da empresa e a estratégia de negócios.

DICA: aplique um “filtro de razoabilidade”

Ao listar riscos e oportunidades, a companhia deve evitar indicar fatores que toda empresa enfrenta, concentrando-se apenas nos temas que tenham conexão clara com as perspectivas financeiras da instituição (fluxos de caixa, acesso ou custo de capital). Por exemplo, “ar limpo” é uma dependência de todas as empresas, mas só se torna um risco relevante quando existem condições específicas — como poluição severa ou regulações ambientais — capazes de impactar diretamente o negócio.



3. Avaliar a governança e a integração com estratégia

Analise como riscos e oportunidades ESG estão incorporados à estratégia e como a governança supervisiona esses temas. Isso inclui o papel do conselho de administração, a definição de responsabilidades e a frequência de monitoramento.



4. Verificar a consistência na gestão de riscos

Compare o que é divulgado nos relatórios IFRS S1 e S2 com as demonstrações financeiras e outros documentos. A coerência entre as informações é essencial para a credibilidade.



5. Observar métricas e metas

Cheque se a empresa reporta indicadores claros e comparáveis, alinhados a seus riscos e às oportunidades ESG. No caso do IFRS S2, dê atenção às emissões de GEE (gases causadores do efeito estufa, em todos os escopos de emissão), metas de descarbonização, uso de cenários climáticos e planos de adaptação.



6. Conectar dados com risco e retorno

Use as informações para ajustar a análise de risco e retorno. Empresas que identificam e gerenciam riscos associados à sustentabilidade tendem a ser mais resilientes no longo prazo e preparadas para capturar oportunidades em uma economia em transição.



7. Comparar empresas dentro do mesmo setor

Relatórios alinhados ao IFRS S1 e S2 permitem comparar a maneira que as companhias de um mesmo setor enfrentam riscos estruturais como regulação climática, escassez hídrica ou questões sociais.



8. Observar evolução ao longo do tempo

Acompanhe se há progresso ano a ano, verificando o cumprimento de metas e a transparência sobre aprendizados, falhas e ajustes de rota. A consistência no tempo é um forte indicador de seriedade na gestão.

DICA: verifique também se a empresa registra eventos que exigem reavaliação (mudança regulatória, evento climático etc.).



Dicas de ouro: mensagem do ISSB

Em nosso terceiro workshop, representantes do ISSB enfatizaram que a **adoção bem-sucedida das normas IFRS S1 e S2 depende do engajamento ativo dos investidores — que devem usar as métricas, participar das consultas e dialogar com emissores e reguladores.** Eles reforçaram que sustentabilidade e finanças não são temas paralelos, mas dimensões complementares da criação de valor e da precificação de risco.

Confira os pontos destacados pelo ISSB:

- **Integração com as demonstrações financeiras**

As normas IFRS S1 e S2 funcionam como uma extensão natural do IFRS contábil, garantindo coerência de prazos, entidades e premissas entre o relato financeiro e o relato de sustentabilidade.

Exemplo: riscos climáticos ou custos de transição devem ser refletidos nas premissas de impairment (teste de desvalorização dos ativos) e valuation das demonstrações financeiras.

- **Materialidade e escopo**

A obrigatoriedade de aplicar o IFRS S2 surge quando o clima é identificado como risco ou oportunidade financeiramente material.

Exemplo: empresas de energia, agronegócio e transportes devem evidenciar cenários climáticos, emissões e planos de transição.

- **Uso dos padrões setoriais do SASB**

O **ISSB** confirmou que os padrões do **SASB** (Sustainability Accounting Standards Board, ou Conselho de Normas de Contabilidade de Sustentabilidade, em tradução livre) permanecem como base técnica para identificar riscos materiais por setor, reduzindo o "ruído informativo" e aumentando a comparabilidade.

Exemplo: o setor de vestuário deve evidenciar riscos de cadeia de suprimentos e consumo de água; o setor financeiro, riscos de crédito climático e de governança.

- **Adoção global e convergência**

Atualmente, há 36 jurisdições em processo de adoção ou alinhamento ao IFRS S1 e S2, cobrindo 60% do PIB mundial e mais de 40% da capitalização de mercado global.

Exemplo: Brasil, Canadá, Japão e Reino Unido estão entre os países que anunciaram planos de convergência até 2026.

Informações asseguradas

Em geral, os relatórios de sustentabilidade contam com uma **carta de asseguração com a opinião de um auditor independente que verificou a confiabilidade das informações divulgadas no relatório**. Essa carta é uma aliada valiosa para analistas, gestores e investidores institucionais, pois oferece maior confiança de que os dados apresentados são completos, consistentes e livres de distorções relevantes.

A asseguração das informações pode ser realizada em **dois níveis**:



Asseguração limitada: o auditor aplica procedimentos mais restritos, como revisão de documentos, entrevistas e análises menos extensas. O resultado é uma conclusão negativa moderada, que, em geral, se expressa na forma:

“Com base nos procedimentos realizados, não chegou ao nosso conhecimento nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações não estejam em conformidade.”

É como se o auditor dissesse: “não encontrei evidências contrárias”, porém sem afirmar categoricamente que tudo está correto.



Asseguração razoável: envolve testes mais robustos, avaliação detalhada de controles internos, inspeção de evidências e amostras maiores. O resultado é uma conclusão positiva, do tipo:

“Em nossa opinião, as informações apresentadas estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis.”



No Brasil, de acordo com a Resolução CVM 193, todos os relatórios elaborados com base nas normas do ISSB deverão passar por asseguração razoável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, reforçando a confiabilidade e a comparabilidade das informações no mercado brasileiro.

Para saber mais sobre **materialidade na análise de riscos e oportunidades**, acesse o último workshop da Jornada IFRS:



Vídeo completo

Confira o **Sumário Executivo**





CHECKLIST: COMO AVALIAR SE O RELATÓRIO FORNECE INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA DECISÕES DE INVESTIMENTO?

O checklist a seguir ajuda a verificar se os riscos e oportunidades relevantes foram identificados, se o julgamento de materialidade foi aplicado de forma consistente e se as informações são específicas, conectadas às demonstrações financeiras e confiáveis. O objetivo é fazer uma **leitura crítica do relatório, garantindo que uma análise completa de riscos, estratégias e impactos financeiros da companhia.**

Dez passos para análise

1

Verifique a identificação clara de **riscos e oportunidades** relacionados à sustentabilidade.



2

Confira se a **cadeia de valor** foi incorporada à identificação dos riscos e oportunidades.



3

Avalie se há julgamento consistente de **materialidade**, com base em fatores qualitativos e quantitativos.



4

Confirme se o relatório reflete **fatos e circunstâncias específicos da entidade**, abrangendo a realidade operacional, setorial, geográfica e regulatória.



5

Avalie se o relatório apresenta uma estrutura lógica, com **informações claras, específicas e organizadas**, evitando dados genéricos ou duplicações desnecessárias.



6

Cheque a **conectividade entre as informações** de sustentabilidade e as demonstrações financeiras.



CHECKLIST: COMO AVALIAR SE O RELATÓRIO FORNECE INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA DECISÕES DE INVESTIMENTO?



7

Analise se foram considerados impactos no **curto, médio e longo prazos**.



8

Identifique o uso ou a consideração dos **padrões SASB** como orientação setorial.



9

Avalie a **confiabilidade das informações** a serem divulgadas, incluindo fontes de dados, métodos de medição, uso de proxies (aproximações) e delimitação de escopo.



10

Verifique a **coerência** entre os elementos do relatório, como governança, estratégia, riscos, métricas e metas.



Para saber mais sobre **materialidade na análise de investimentos**, acesse o terceiro workshop da Jornada IFRS:



[**Vídeo completo**](#)

Confira o [**Sumário Executivo**](#)



CONSIDERAÇÕES FINAIS



A integração das informações de sustentabilidade aos modelos de análise é um movimento em curso: quanto antes for incorporada à cultura das instituições, maior será a capacidade de antecipar riscos e capturar oportunidades.

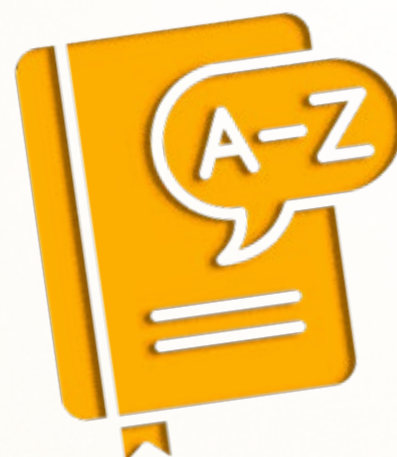
Mais do que um exercício técnico, integrar sustentabilidade e finanças é um processo coletivo. As equipes de análise de investimentos tendem a se transformar, combinando especialistas financeiros, economistas, cientistas de dados, analistas de risco e profissionais de sustentabilidade. Juntos, esses perfis formam a base para decisões mais consistentes e seguras.

Os próximos passos são desafiadores: acompanhar atentamente as revisões dos instrumentos de mercado, a evolução das normas contábeis e o contexto político, ambiental e geoeconômico global.



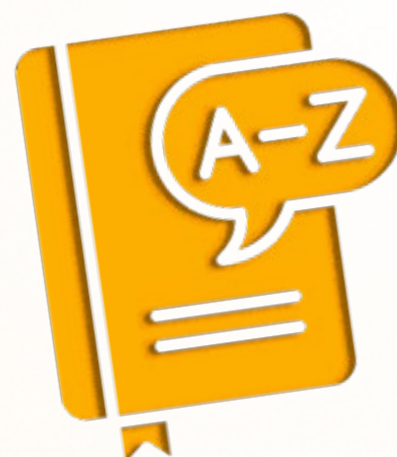
Nesse novo cenário, a sustentabilidade, deixa de ser um tema periférico e se consolida como pauta central no conceito de desempenho financeiro: a leitura integrada entre governança, risco e propósito **redefine o que significa gerar valor.**

GLOSSÁRIO



- **CDP**
organização global e independente para divulgação de informações ambientais.
- **CDSB (Climate Disclosure Standards Board, em inglês)**
consórcio internacional de ONGs empresariais e ambientais que definiram uma abordagem para relatar informações ambientais, incluindo mudanças climáticas e informações sociais em relatórios convencionais.
- **Efrag (European Financial Reporting Advisory Group)**
grupo europeu responsável pelos ESRS).
- **ESRS (European Sustainability Reporting Standards)**
padrões europeus de divulgação de sustentabilidade vinculados à CSRD.
- **GRI (Global Reporting Initiative)**
principal padrão de reporte voluntário, base de materialidade por impacto.
- **Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)**
criador do Balanço Social no Brasil (1997), precursor do relato ESG.
- **IIRC (International Integrated Reporting Council)**
organismo que desenvolveu o Integrated Reporting Framework (chegar IR Framework).

GLOSSÁRIO



- IR Framework (Integrated Reporting ou Relato Integrado)**
 estrutura que conecta capitais financeiros e não financeiros, usada como base do IFRS S1/S2.
- NFRD (Non-Financial Reporting Directive)**
 diretiva europeia de reporte não financeiro, antecessora da CSRD.
- SASB (Sustainability Accounting Standards Board)**
 entidade que criou padrões setoriais de reporte de sustentabilidade com foco financeiro.
- SEC (Securities and Exchange Commission)**
 órgão que regula o mercado financeiro dos EUA com influência global. Equivalente à CVM, do Brasil.
- TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures)**
 grupo do G20 que estruturou recomendações sobre a divulgação de riscos climáticos.

PARA SABER MAIS



Aprofunde-se no tema!

| Relatórios em linha com as normas IFRS S1 e S2

Renner | Vale

| Documentos técnicos

- **Normas originais e materiais educativos IFRS Foundation**

Portal oficial da IFRS Foundation com acesso às normas originais do ISSB, materiais de apoio, guias e documentos de suporte à implementação das IFRS S1 e S2.

[IFRS Sustainability Standards Navigator](#) | [Supporting materials for IFRS sustainability disclosure standards](#)

- **IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements**

Publicação da IFRS Foundation que oferece orientações **práticas sobre a aplicação de julgamentos de materialidade** na elaboração de relatórios financeiros e de sustentabilidade, reforçando o uso de evidências e critérios consistentes na seleção das informações relevantes.

[IFRS Practice statement 2: making materiality judgements](#)

- **SASB Standards**

Conjunto de **normas setoriais de divulgação** desenvolvidas originalmente pelo SASB (Sustainability Accounting Standards Board), agora integradas à IFRS Foundation, que auxiliam as empresas a identificar métricas relevantes para investidores com base em riscos e oportunidades financeiros específicos de cada setor.

[SASB Standards navigator](#)

- **Cursos e treinamentos oficiais – ISSB Academy**

Plataforma oficial da **ISSB Academy**, com cursos gratuitos, vídeos explicativos e materiais educacionais voltados a profissionais de finanças, sustentabilidade, governança e investidores, sobre a aplicação prática das IFRS S1 e S2.

[Supporting materials for IFRS Sustainability Disclosure Standards](#) | [IFRS Courses](#)

- **Framework do Relato Integrado**

Documento que apresenta os princípios e a estrutura conceitual do Relato Integrado, enfatizando a conectividade das informações e a criação de valor no curto, médio e longo prazo.

[Framework](#)

- **CBARI (Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado)**

Página oficial da **CBARI**, que representa o Brasil no IIRC (International Integrated Reporting Council) e promove a adoção do Relato Integrado no país.

[Sobre a CBARI](#)

- **Resoluções CVM**

Conjunto de resoluções da **CVM** relacionadas à adoção das normas de sustentabilidade no Brasil, incluindo a **Resolução CVM 193**, que dispõe sobre a divulgação das demonstrações financeiras relacionadas à sustentabilidade.

[CVM 193](#) | [CVM 219](#) | [CVM 217](#) | [CVM 218](#)

- **CDP – Framework Alignment**

Página explicativa sobre o alinhamento do CDP com os principais frameworks internacionais, incluindo IFRS S2, TCFD e SBTi, destacando a integração de métricas climáticas e de emissões.

[Alinhamento do CDP aos parâmetros e normas de divulgação](#)

- **GRI (Global Reporting Initiative)**

Repositório oficial para **download das normas GRI**, referência global para relatórios de sustentabilidade baseados na materialidade de impacto e complementar às IFRS Sustainability Standards.

[Padrões GRI](#)





- **SBTi (Science Based Targets)**

Iniciativa internacional que fornece **critérios e metodologias para definição de metas de redução de emissões baseadas na ciência**, em linha com o Acordo de Paris.

[Sobre o SBTi](#)

- **Guia de dupla materialidade do Efrag**

Publicação do **Efrag** que apresenta a **abordagem e a metodologia de avaliação da dupla materialidade**, explicando como integrar as perspectivas de impacto e financeira na identificação de informações relevantes. O documento é uma referência prática para alinhar os processos de análise de materialidade às exigências do IFRS S1 e às normas europeias ESRS.

[Implementation guidance – materiality assessment](#)



EXPEDIENTE



E-book Jornada IFRS

Trilha de capacitação sobre os padrões IFRS S1 e S2 e a Resolução CVM 193

Fevereiro 2026

Endereço

Rio de Janeiro

Praia de Botafogo, 501 – 704
Bloco II, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22250-911
Tel.: (21) 2104-9300

São Paulo

Av. Doutora Ruth Cardoso, 8501,
21º andar, Pinheiros, São Paulo, SP
CEP: 05425-070
Tel.: (11) 3471-4200

www.anbima.com.br



Presidência

Carlos André

Diretoria

Adriano Koelle, Andrés Kikuchi, Aquiles Mosca, Carlos Takahashi, César Mindof, Eduardo Azevedo, Eric Altafim, Fernanda Camargo, Fernando Rabello, Flavia Palacios, Giuliano De Marchi, Gustavo Pacheco, Julia Wellisch, Luiz Sorge, Pedro Rudge, Roberto Paolino, Roberto Paris, Rodrigo Azevedo, Rubens Henriques, Sergio Bini, Teodoro Lima e Zeca Doherty

Comitê Executivo

Amanda Brum, Eliana Marino, Francisco Vidinha, Guilherme Benaderet, Lina Yajima, Marcelo Billi, Soraya Alves, Tatiana Itikawa, Thiago Baptista e Zeca Doherty

Superintendência de Sustentabilidade, Inovação e Educação

Marcelo Billi

Gerência de Sustentabilidade e Inovação

Luiz Pires

Apoio técnico de Sustentabilidade

Roberta Simonetti

Edição

Flávia Nosralla

Conteúdo técnico | Redação | Diagramação

Ondas Sustentáveis | Contê | Mila Ávila

Rede ANBIMA

**SUSTENTA
BILIDADE**